

O primeiro momento da filosofia da diferença

Uma leitura deleuziana do Ser neutro de Duns Scott

Elemar Kleber Favreto¹

1

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar a interpretação deleuziana do Ser em Duns Scott. O *doutor sutil* é o primeiro representante, segundo Deleuze, dos três momentos do Ser unívoco, já que sua obra não se prender ao Ser como uma instância propriamente divina, e sim *neutra*. O Ser neutro de Scott possui duas distinções: a distinção formal, que diz respeito aos atributos formais do Ser e que é, para o *doutor sutil*, uma distinção real e não numérica; e a distinção modal, que se refere aos modos intensivos do Ser e que é considerada uma distinção numérica. O Ser, deste modo, se diz apenas da neutralidade e é essa neutralidade que é apresentada por Deleuze como a mais pura expressão do Ser unívoco. **PALAVRAS-CHAVE:** Duns Scott. Gilles Deleuze. Ser neutro. Univocidade. Ontologia.

THE FIRST TIME THE PHILOSOPHY OF DIFFERENCE A READING DELEUZIANA OF BEING NEUTRAL OF DUNS SCOTT

ABSTRACT: This paper aims to present a Deleuzian interpretation of Being in Duns Scott. Dr. subtle is the first representative, according to Deleuze, the three moments of being unambiguous, since his work does not attach to an instance of itself as being divine, but neutral. Being neutral Scott has two distinctions: the formal distinction, as regards the formal attributes of Being, which is fine for the doctor, a real distinction and not a numeric, and the modal distinction, which refers to the ways of being and intensive which is considered a numerical distinction. Being thus it is said only of neutrality and it is this neutrality that is presented by Deleuze as the purest expression of univocal Being. **KEYWORDS:** Duns Scott. Gilles Deleuze. Being neutral. Uniqueness. Ontology.

I. INTRODUÇÃO

O Ser possui um só e único sentido; esta é a proposição ontológica “máxima” de Gilles Deleuze. Na história da filosofia ele aponta como a grande tradição filosófica empregou seus esforços em demonstrar que o Ser deve ser pensado como equívoco ou análogo; esta preocupação vai contra o caminho traçado pelo filósofo francês. O Ser possui uma só voz apesar de grande parte da história da filosofia dizer o contrário e, embora ela tenha se preocupado com o análogo e o equívoco, alguns filósofos, apontados por Deleuze, trazem à tona a discussão acerca do unívoco. A univocidade pode ser vislumbrada já em Parmênides, através de sua postulação do Ser como Uno e infinito e de sua identificação ao pensamento; e também em Plotino, que pensava uma certa forma de *imanência*, ainda que subordinada a um *princípio emanativo*. É, no entanto, com três outros grandes filósofos que Deleuze irá dialogar, e deste diálogo brotará a sua própria interpretação do Ser como unívoco: Scott, Espinosa e Nietzsche. Temos que compreender que Deleuze aponta para uma univocidade do Ser justamente para escapar do modo que o Ser foi pensado na tradição filosófica, a partir de um fundamento primeiro. Esta tradição filosófica foi denominada por nosso autor como *imagem dogmática do pensamento*. Tal imagem, apesar de suas variações e nuances, não conseguiu expressar (ou não quis expressar) esta univocidade, já que se caracterizou e se baseou em quatro principais pilares do pensamento: a identidade, a semelhança, a analogia e a oposição. Estes quatro conceitos levaram a filosofia a caminhar por uma linha que não propagava a univocidade propriamente, mas o “fundamento” ou a “fundamentação”.

O fundamento traz à tona uma questão mais profunda: a transcendência. O Ser, pensado como fundamento, é bruscamente expulso do mundo – entendido aqui no sentido de um mundo imanente, ou melhor, um plano de existência corporal –, e jogado em um plano eterno onde o devir e o tempo não podem perturbá-lo. O Ser, assim resguardado, funda, a partir deste plano transcendente, toda uma realidade ôntica e ontológica para os seres sempre presentes e enredados no tempo e no devir; ele, desde este lugar atemporal onde se encontra, faz com que o mundo seja reapresentado num plano temporal, onde funda a representação. O mundo passa a ser uma representação de um plano eterno, uma imagem de um outro mundo, um mundo transcendente. Desta maneira, pensar através da identidade é pensar que o Ser é idêntico a si mesmo e que, portanto, não pode conter a carga ontológica de tudo aquilo que difere temporalmente a cada instante (o Ser é transcendente); pensar a semelhança é dizer que tudo aquilo que difere, os entes, se assemelha ao Ser eterno, destarte, os modos de ser são apenas imagens da transcendência; pensar analogamente é arrazoar que o Ser fundamenta e perpassa por toda a série de diferenças em que as imagens dele se apresentam, assim, os entes e as suas diferenças

se mostram como tais apenas porque o Ser os percorre e os funda – o Ser, sabemos, se mostra de novo como transcendente; pensar a oposição é raciocinar sobre a diferença, mas uma diferença sempre fundada pela identidade do Ser eterno, logo a diferença é negativa e se mostra sempre subordinada à identidade (o Ser, enfim, é novamente transcendente). Como pudemos observar, o Ser sempre se apresenta, em todas as quatro instâncias ontológicas desta *imagem dogmática do pensamento*, como transcendente. Conseqüentemente, não pode haver uma voz única dele nesta imagem do pensamento, já que, se houvesse, ele seria dito da diferença e não da identidade. Pensar o Ser dogmaticamente é pensá-lo não como diferença imanente, mas como unidade transcendente.

Deleuze, de tal modo, tenta se deslocar desta vereda que postula o pensamento através de uma imagem, ou melhor, que postula *uma imagem do pensamento*. A sua filosofia se mostra como um pensamento totalmente sem imagem, ou sem o postulado dogmático da mesma. Com efeito, ainda não nos detivemos completamente no ponto que inicialmente nos propusemos: a univocidade do Ser. Por isso, este artigo tem como objetivo mostrar o primeiro passo deleuziano na busca – através da do seu resgate da filosofia de Duns Scott – desta univocidade, ou desta voz única do Ser.

2. DUNS SCOTT E O SER NEUTRO COMO SER UNÍVOCO

Duns Scott, segundo Deleuze, seria o primeiro a postular, com mais clareza, a univocidade do Ser. Podemos encontrar três questões fecundas que teriam levado Deleuze a pensar deste modo quanto à filosofia do *doutor sutil*: a primeira se referiria à tentativa de Scott em dividir a ontologia, ou filosofia, da teologia; a segunda se remeteria à crítica scottista à analogia do Ser, visualizado com maior intensidade em Tomás de Aquino; e a terceira, ao modo como Scott concebeu o próprio Ser. O *doutor sutil* não tentou pensá-lo como uma instância análoga, ou como um modelo por trás das séries acidentais às quais as coisas deveriam se reportar, mas como uma instância neutra que se voltaria para a diferença, em seu sentido positivo, através de duas distinções: a *distinção formal* e a *distinção modal*. Antes de nos determos nestas duas distinções, deveremos abordar, porém, com maior precisão, estas três questões expostas acima.

2.1. DAS TRÊS QUESTÕES QUE FAZEM DE DUNS SCOTT UM LEGÍTIMO REPRESENTANTE DA UNIVOCIDADE DO SER

O pensamento cristão, desde seu início, se questionou sobre a relação entre a filosofia e a teologia, mas pouco se fez para distinguir estas duas disciplinas. Tanto é que, na escolástica, não poderíamos distingui-las precisamente. Por

exemplo, Tomás de Aquino, talvez o maior representante do pensamento cristão, ao postular que toda a coisa finita e acidental deveria necessariamente derivar ou depender de uma instância infinita e ontologicamente primeira e originária (Deus), fez com que todo o pensamento fosse visto como uma revelação divina. A submissão da filosofia à teologia não deixou espaço para que a ontologia fosse vista então como uma matéria separada, independente da discussão e da fé em um Deus. Toda a filosofia (ontologia), desta forma, era um pensamento acerca da essência divina e de suas revelações, isto é, era sempre um discorrer sobre uma essência (Deus) e seus acidentes (pensamentos e/ou objetos).

Pergunta-se: – Como Duns Scott se afastou desta discussão e levou o Ser a um patamar em que não se equiparava mais a Deus propriamente? Scott abandona uma certa configuração do pensamento escolástico – e com isso também se afasta do comentador árabe de Aristóteles: Averróis – da analogia do Ser, e postula uma nova maneira de pensá-lo: o Ser neutro, que não se equipara nem à substância (Deus) e nem aos acidentes (coisas). Pensar o Ser enquanto neutro e separado desta dupla conceitual (substância/acidente), nos leva a separar definitivamente a filosofia da teologia, e com isso destacar a ontologia como uma disciplina independente “[...] Deus não é sujeito da metafísica [...]” (SCOTT, 1979, p. 343). Scott, assim, parece colocar Aristóteles contra si mesmo para que pudesse levar a cabo o que o próprio estagirita havia se proposto: pensar o *ser enquanto ser*. O *doutor sutil*, ao abandonar o comentador Averróis (talvez por este ser tomado como a base de interpretação aristotélica da escolástica), referencia algumas interpretações de Avicena sobre Aristóteles, principalmente na distinção que este faz sobre os três tipos ou estados da essência. Sendo que o primeiro estado se reportaria ao universal ou geral e o segundo ao singular ou particular, mas a essência mesma não estaria em nenhum desses dois estados, e sim no terceiro, que não seria nem geral e nem particular, portanto, indiferente a ambos. Deleuze também parece reconhecer a importância de Avicena nesta distinção dos estados da essência em sua obra *Lógica do sentido*:

O filósofo Avicena distinguia três estados da essência: universal com relação ao intelecto que a pensa em geral; singular com relação às coisas particulares em que se encarna. Mas nenhum destes dois estados é a essência mesma: Animal não é nada além de animal, *animal non est nisi animal tantum*, indiferente tanto ao universal como ao singular, tanto ao particular como ao geral (DELEUZE, 1998, p. 37).

Deleuze, por sinal, acrescenta, nesta obra, que o terceiro estado da essência seria, para ele, algo que expressaria realmente um âmbito puramente transcendental aos outros dois estados. Transcendental no sentido de que não seria nem uma substância, um Ser Supremo (Deus), e nem os seus acidentes, as suas revelações

(coisas e estados de coisas), mas seria aquilo que permeia o universal, enquanto uma identidade latente, e o singular, enquanto multiplicidade manifesta (O termo transcendental é expresso aqui no sentido propriamente deleuziano que, ao resgatar a filosofia estóica acerca do acontecimento e do sentido, acaba postulando estes dois como uma única instância transcendental.). O terceiro estado da essência seria o próprio sentido (acontecimento):

O primeiro estado da essência é a essência como significada pela proposição, na ordem do conceito e das implicações de conceito. O segundo estado é a essência enquanto designada pela proposição nas coisas particulares em que se empenha. Mas o terceiro é a essência como sentido, a essência como expressa: sempre nesta *secura*, *animal tantum*, esta esterilidade ou esta neutralidade esplêndidas. Indiferente ao universal e ao singular, ao geral e ao particular, ao pessoal e ao coletivo, mas também à afirmação e à negação etc. Em suma: indiferente a todos os opostos (DELEUZE, 1998, p. 37).

Não há dualidade ou oposição no sentido, ou no *ser enquanto ser*. Pensar o Ser como esta instância puramente neutra é, portanto, postular novamente um lugar para a filosofia, ou para a ontologia. É separá-la dos conteúdos e gestos próprios da teologia. A ontologia se mostra como a *ciência que busca o ser enquanto ser* e nada mais além disso; o Ser como um conceito que não engloba nem a identidade e muito menos a pura multiplicidade, mas que, no entanto, se mostra como o próprio sentido da identidade e da multiplicidade.

Segundo Deleuze, quando Duns Scott percebeu esta questão elaborada por Avicena, não pôde deixar de exaltá-la e colocá-la no centro de toda a sua crítica ao pensamento escolástico de cunho aristotélico. Isto coloca em questão não só a analogia do Ser, mas também a tese aristotélica da equívocidade. O Ser não pode mais ser dito de várias maneiras, já que recairíamos em um certo tipo de conflito e até mesmo de oposição: o Ser dito como substância e como os seus acidentes, é contraditório, pois ora é substância, ora é acidente. E, mesmo que a analogia diga que toda a série de acidentes seja organizada pela substância latente em cada termo e que cada termo se remeta à substância, ainda assim, não deixa de remeter o Ser à mudança, e de colocá-lo como contraditório em si mesmo; ou mesmo de colocá-lo como negativo, já que o Ser enquanto acidente nega, de alguma forma, o Ser enquanto substância. Por isso, pensar o Ser em si mesmo, como aquilo que não é nem substância e nem acidente, nem universalidade e nem particularidade, é pensá-lo como esta instância puramente neutra que não remete a nada, mas que é a própria possibilidade de que esta dualidade se organize. Isto é, o Ser neutro pode não se remeter a nada do que se diz, mas tudo aquilo que se diz se remete a ele. O geral e o individual se remetem a este Ser que é sempre voz, que é sempre expressão de tudo. Este é o principal motivo pelo qual a escolástica

não poderia postular o Ser como neutro, já que, se assim o fizesse, demandaria pensar que o próprio Deus é uma criação dele e não o próprio Ser.

Destarte, as três questões se interligam. Uma questão não pode ser separada da outra, já que a postulação de um Ser neutro faz com que a analogia seja, em certo sentido, desconstruída e, ao mesmo tempo, encontra o lugar da filosofia, enquanto ontologia, como um pensamento acerca do *ser enquanto ser*. Não há dualidade ou oposição neste caso. Há apenas uma neutralidade da essência, ou uma essência neutra, que não se encontra nem no universal divino da escolástica e nem na singularidade particular das ciências específicas. Ao retomar Duns Scott, Deleuze coloca novamente em sua voz o tom sempre questionador que quebra com as barreiras impostas pela grande maioria da tradição filosófica, neste caso específico: o dogmatismo escolástico, ou a analogia do Ser; que sempre requer uma equivocidade anterior que a legitime e não uma univocidade, uma única voz do Ser, ou melhor, como chamou Aristóteles e como Scott tentou resgatar – colocando o próprio estagirita contra si mesmo –, a voz do *ser enquanto ser*.

2.2. SOBRE AS DUAS DISTINÇÕES EM SCOTT: FORMAL E MODAL – OU SOBRE O SER NEUTRO COMO SER UNÍVOCO

Vimos, acima, que Duns Scott, ao resgatar o terceiro estado da essência de Avicena, resgata também o pensamento do *ser enquanto ser*, ou do lugar mesmo da filosofia (ontologia) como disciplina distinta da teologia. Ocorre que postular a neutralidade do Ser levou Scott não só a separar a teologia da filosofia (ontologia), mas também a superar a analogia do Ser e a proclamar uma via “menor”, não tão transitada e apreciada pela história da filosofia: a univocidade do Ser. “[...] nada se conheceria das partes essenciais da substância, a não ser que o ser seja algo de unívoco, comum a elas e aos acidentes [...] Portanto, em resumo, o ser é unívoco em relação a tudo” (SCOTT, 1979, p. 342).

Deste modo, para o *doutor sutil*, há dois problemas específicos: primeiro, a questão de pensar o Ser como um dado absoluto que nos levaria a confundir a ontologia com a teologia, ou seja, voltar a postular a analogia como a forma de pensar o próprio Ser, subordinando a filosofia à revelação divina, ou ao discurso teológico; segundo, o problema de se pensar a ontologia através de dados acidentais ou particulares, que seria o mesmo que postulá-la como uma ciência específica e particular, e não mais como uma ciência que busca uma instância que não é simplesmente particular e específica. Isto o fez refletir acerca do postulado de Avicena em torno do terceiro estado da essência. É partindo desta reflexão que Scott elabora a noção de Ser puramente neutro, como uma instância genuinamente unívoca e não mais equivocada como em Aristóteles, ou análoga como na escolástica. O Ser neutro diz dos outros estados essenciais, isto é, ele é voz, ele é a expressão

de tudo aquilo de que ele se diz. Só há um sentido para todo o conjunto do existente: o Ser; mas ele não comporta uma configuração determinada, ele apenas é, na medida em que expressa o seu Ser. Cada coisa, cada pensamento ou conceito é dito pelo Ser, que se diz de uma só maneira, pois ele é a instância pura que difere, ele é a diferença em si mesma.

No *Opus oxoniense*, o maior livro de ontologia pura, o ser é pensado como unívoco, mas o ser unívoco é pensado como neutro, *neuter*, indiferente ao infinito e ao finito, ao singular e ao universal, ao criado e ao incriado. Duns Scott merece, pois, o nome de “doutor sutil”, porque seu olhar discerne o ser aquém do entrecruzamento do universal e do singular. Para neutralizar as forças da analogia do juízo, ele toma a dianteira e neutraliza antes de tudo o ser num conceito abstrato. Eis por que ele somente *pensou* o ser unívoco (DELEUZE, 1998, p. 71).

Ainda resta, contudo, uma questão: pensar o Ser como aquilo que difere, como a expressão de tudo aquilo que é e que existe não é recair numa espécie de panteísmo? Assim seria se o Ser neutro fosse pensado como uma positividade ou uma negatividade moral ou gnosiológica (um deus bondoso ou um “gênio maligno”, para utilizar a expressão cartesiana), o que não ocorre. Ele é, como dito até agora, uma instância puramente neutra, que não se vincula nem a Deus e nem às suas revelações. O Ser é unívoco porque se diz da neutralidade. Só há um sentido, uma voz para o Ser em Scott, e este sentido é a neutralidade, mas esta neutralidade se desdobra em diversos atributos e modos que farão com que ele se diga também de uma forma positiva ou negativa.

Vê-se o inimigo que ele [Duns Scott] se esforça por evitar, em conformidade com as exigências do cristianismo: o panteísmo, em que ele cairia se o ser comum não fosse neutro. Todavia, ele soube definir dois tipos de distinção que reportavam à diferença este ser neutro indiferente (DELEUZE, 1998, p. 71, grifo nosso).

Se é verdade que a distinção em geral reporta o ser à diferença, a distinção formal e a distinção modal são os dois tipos sob os quais o ser unívoco, em si mesmo, por si mesmo, se reporta à diferença (DELEUZE, 1998, p. 72).

Aqui adentramos nas distinções que o *doutor sutil* nos convida a refletir: a *distinção formal* e a *distinção modal*. Ambas reportariam, como nos disse Deleuze acima, o Ser neutro à diferença, ou melhor, tais distinções nos fariam pensar o Ser como unívoco sem perder de vista a multiplicidade que ele implica. O Ser neutro se diz como diferença, pois é a expressão de tudo aquilo que é dito, ou de todas as

coisas de que se pode dizer.

2.2.1. A DISTINÇÃO FORMAL – UNIVOCIDADE E ATRIBUTOS

A primeira distinção apontada por Scott – e recortada de modo original pela interpretação deleuziana – é a *distinção formal*. Esta distinção não deixa que o Ser neutro se multiplique e se esfacle em diversos outros sentidos, como na equivocidade aristotélica e na analogia tomista, onde o Ser, como já indicamos, se diz de várias maneiras, pelo menos de duas: substância e acidentes. A distinção formal não rompe com a univocidade, pois ele continua sendo dito de uma única forma, no entanto os atributos são diversos, “[...] todos dizem ‘o mesmo’ por caminhos diferentes” (PARDO, 1992, p. 87, tradução nossa); isto é, todos os atributos dizem o “mesmo”, mas de *formas* diversas, diferentes. Dizer que os atributos possuem formas diferentes não muda em nada daquilo que o Ser mesmo é ou, melhor, não muda em nada a sua voz, a sua maneira de ser dito. Ele continua tendo um único sentido, e o que os seus atributos fazem é dizê-lo sempre da mesma maneira, mas de *formas*, ou caminhos, que não são necessariamente os mesmos. Assim, esta distinção é uma distinção real, que ocorre dentro do Ser unívoco, mas que não o exporta, não o coloca como outro fora de si mesmo, mas sempre no seu interior, portanto, podemos distinguir os atributos e a instância ontológica em que eles se inserem.

A distinção formal, com efeito, é uma distinção real, pois é fundada no ser ou na coisa, mas não é necessariamente uma distinção numérica, porque se estabelece entre essências ou sentidos, entre “razões formais” que podem deixar subsistir a unidade do sujeito a que são distribuídas. Assim, não só a univocidade do ser (em relação a Deus e às criaturas) se prolonga na univocidade dos “atributos”, mas, sob a condição de sua infinitude, Deus pode possuir estes atributos unívocos formalmente distintos sem nada perder de sua unidade (DELEUZE, 2006, p. 71).

A distinção formal é uma distinção real, porque expressa as diferentes camadas de realidade que formam ou constituem um ser. Nesse sentido é chamada *formalis a parte rei* ou *actualis ex natura rei*. Mas é um mínimo de distinção real, porque as duas coisidades realmente distintas se coordenam e compõem um ente único. *Real e, portanto, não numérico*, tal é o estatuto da distinção formal. Assim, deve reconhecer-se que, no finito, duas coisidades, como animal e racional, não se comunicam senão através do terceiro termo com o qual são idênticas. Mas não é assim com o infinito. Dois atributos levados ao infinito serão distintos formalmente, sendo, ao mesmo tempo, ontologicamente idênticos (DELEUZE, 1999, p.57-8, tradução nossa).

O primeiro momento da filosofia da diferença. Uma leitura deleuziana do Ser neutro ...

A distinção formal, portanto, faz com que o Ser não possa ser dito de outra forma que não seja si mesmo, não deixa que o Ser seja dito de várias maneiras. Os atributos, sim, dizem a diferença, mas apenas formalmente, já que sempre estão dizendo o mesmo ontologicamente.

Há, em Scott, uma outra distinção que faz com que os atributos expressem a variedade de individualidades existentes: a *distinção modal*.

2.2.2. A DISTINÇÃO MODAL – INTENSIDADE E MULTIPLICIDADE

A distinção modal reivindica a diferença intensiva das individualidades, ou seja, cada atributo, apesar de dizer sempre o mesmo com relação ao Ser, desdobra-se em diferenças intensivas, ou graus intensivos, que formam as singularidades existentes. Cada individualidade é uma instância singular, diferente e única, no entanto elas se comunicam com o Ser unívoco através dos atributos. Os modos intensivos não mudam a essência neutra e primeira, mas atualizam os seus atributos de modo que eles sempre sigam caminhos diversos, contanto que sigam tais caminhos com a mesma voz em curso.

[...] a *distinção modal*, estabelece-se entre o ser ou os atributos, por um lado, e, por outro, as variações intensivas de que eles são capazes. Estas variações, como os graus do branco, são modalidades individuantes das quais o infinito e o finito constituem precisamente as intensidades singulares. Do ponto de vista de sua própria neutralidade, o ser unívoco não implica, pois, somente formas qualitativas ou atributos distintos, eles mesmos unívocos, mas se reporta e os reporta a fatores intensivos ou graus individuantes que variam seu modo sem modificar-lhe a essência enquanto ser (DELEUZE, 2006, p. 71-2).

Deleuze resgata um exemplo de Duns Scott, na obra *Spinoza e o problema da expressão*, para nos esclarecer melhor a questão dos modos intensivos:

[...] a brancura, diz [Scott], tem intensidades variáveis; estas não se agregam à brancura como uma coisa ou outra, como uma figura se agrega à muralha sobre a qual é colocada; os graus de intensidade são determinações intrínsecas, modos intrínsecos da brancura, que permanece univocamente a mesma, seja qual for a modalidade a qual seja considerada (DELEUZE, 1999, p. 189, tradução nossa).

O branco, deste modo, não é outra coisa que branco; porém seus atributos

são atualizados através de seus modos intensivos para que uma dada singularidade do branco seja mais clara ou mais escura. Não há como acrescentar uma diferença intensiva a uma essência primordial, apenas inserir a diferença através de modos intensos que mudem formalmente os atributos de uma essência.

Os graus de pura intensidade podem variar sem que a essência seja modificada em coisa alguma, dado que esta se refere, univocamente, ao ser. De acordo com o célebre exemplo de Duns Scot, os graus de brancura (de intensidade do branco) não são acrescentados ao branco como algo que dele difere. As intensidades do branco *constituem a individualidade do branco, são o branco atualizado*. Não se acrescenta um grau de intensidade a uma essência, que, como tal, é primeira, mas antes atualiza-se um atributo através de um modo intensivo (CRAIA, 2002, p. 72).

O que Deleuze parece nos dizer é, contudo, que não há essência, apenas os modos intensivos que formam a individualidade de cada coisa, no exemplo as diversas individualidades do branco. A essência não seria nada mais do que um *conceito abstrato*, uma neutralidade que só pode ser vislumbrada através dos modos intensos; ou seja, o branco nada mais é que um conceito sem presença concreta, e ele só pode se concretizar através das suas diversas individualizações, através das diversas intensidades de branco que podemos perceber.

Assim, a distinção modal não é outra coisa a não ser a diferença intensiva que se instaura nos atributos, já que estes também são unívocos – pois dizem sempre “o mesmo” (dizem sempre o Ser neutro) –, fazendo-os sempre caminhar por estradas não percorridas, por singularidades individuais, porém, sem perder a univocidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este recorte na história da filosofia que fizemos, seguindo Deleuze, nos leva a pensar o Ser como neutralidade pura.

Duns Scott é caracterizado como o primeiro momento do Ser unívoco – não por ser o primeiro a pensá-lo em um único sentido, já que esta voz única do Ser já podia ser vislumbrada em alguns outros pensadores, mas pela sua radicalidade com relação a este pensamento. O empenho de Scott era contra a analogia tomista, o que o levou a tentar superar esta questão e a postular um Ser neutro. Assim, o *doutor sutil* acaba distinguindo a filosofia da teologia, fazendo da primeira uma busca pelo *ser enquanto ser* de Aristóteles, não levado a cabo pelos filósofos medievais. Esta distinção entre filosofia e teologia e a luta scottista contra a analogia tomista constituem as duas primeiras questões que fazem de Duns Scott um

representante da univocidade do Ser, mas a grande questão que Deleuze encontra para reconhecer este postulado está na terceira questão, do Ser neutro. Na verdade, as três questões estão diretamente interligadas.

O Ser neutro scottista, como vimos, possui duas distinções: a distinção formal, que diz respeito aos seus atributos formais; e a distinção modal, que se refere aos modos intensivos do Ser. A distinção formal é, para o *doutor sutil*, uma distinção real e, portanto, não numérica, que distingue os atributos do Ser. Um atributo é reconhecido como uma parte formal do Ser, mas esta parte diz respeito a ele próprio. Os atributos são a voz unívoca do Ser; dizem sempre o mesmo, pois se dizem do Ser neutro, mas em si mesmo diferem em diversos modos intensivos. A distinção modal é, desta maneira, uma distinção entre os modos e os atributos e é uma distinção numérica. Os modos diferem dos atributos, pois não se dizem formalmente do Ser, e sim numericamente, intensivamente. Destarte, o Ser se desdobra em seus atributos formais que, por sua vez, se desdobram em seus diversos modos intensivos. O Ser só se diz da neutralidade, ele só possui este sentido, ele é unívoco.

Estas duas distinções fazem com que o Ser unívoco se comunique com a diferença, já que não mudam o sentido único do Ser, mas fazem com que o mesmo seja atualizado sempre de formas e modos intensivos diversos. Segundo Deleuze, estas duas distinções também estão explícitas em Espinosa, já que este restaura, de algum modo, a distinção formal como atributos da substância única, e a distinção modal como os modos intensivos em que estes atributos se desenrolam. Cremos que podemos notar muitas semelhanças de Espinosa com a teoria scottista, entretanto, não é nosso intuito nesse artigo expor este segundo momento do unívoco, como chama Deleuze, e sim apresentar algumas das principais questões acerca deste primeiro momento, Duns Scott.

NOTAS

¹ Mestre em Filosofia e professor colaborador do curso de Filosofia da UNIOESTE – Toó. E-mail: korolard@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

AUBENQUE, Pierre. **El problema del ser en Aristóteles**. Trad. Vidal Pena. Madrid: Taurus, 1974.

CRAIA, Eládio C. P. **A problemática ontológica em Gilles Deleuze**. Cascavel: EDUNIOESTE,

2002.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi, Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Différence et répétition**. I. ed. 1969, II. ed. 2003. Paris: Presses Universitaires de France (puf), 2003. (Collection ÉPIMÉTHÉE).

_____. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **Logique du sens**. I. ed. 1969. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002. (Collection "Critique").

_____. **Spinoza y el problema de la expresión**. Trad. Horst Vogel. Barcelona: Muchnik & Atajos, 1999.

MACHADO, Roberto. **Deleuze e a filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

PARDO, Jose Luis. **Deleuze: violentar el pensamiento**. Bogotá: Editorial Cincel Kapelusz, 1992. (Série Historia de la filosofía).

SCOTT, Duns. Reportata parisiensia. In: **Duns Scott**. Trad. Carlos Arthur Nascimento e Raimundo Vier. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. Opus oxoniense. In: **Duns Scott**. Trad. Carlos Arthur Nascimento e Raimundo Vier. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TOMÁS DE AQUINO. **O ente e a essência**. Trad. Carlos Arthur do Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2005.